

Globalização

Conceitos e Dinâmicas

1.

“A língua portuguesa é muito traiçoeira!”

Provavelmente as outras também o são, mas gostamos de afirmá-lo com um misto de sorriso e de afirmação da hiperidentidade de que nos fala Eduardo Lourenço (1988).

Contudo, a propósito do tema que aqui nos propomos analisar, retomando muito de perto o que escrevemos no último livro (PIMENTA, 2004), é oportuno recordar as ambiguidades que pode existir entre diversos temas, conforme se adopta a aproximação à língua inglesa ou francesa, conforme se toma esta ou aquela referência. Entre a “internacionalização”, que mantém uma ligação às nacionalidades que destoa das modas e preconceitos, e “metanacionalização”, que ainda não obteve raízes apesar de ser suficientemente misteriosa para encantar amantes do simbólico e do virtual, tendemos a oscilar entre *mundialização* e *globalização*, ora para significarem o “mesmo”, ora para referirem realidades diferentes. Essas ambiguidades exigem esclarecimento prévio, mas também permitem que cada autor fixe significados e articule análises.

Assumimos que mundialização é um processo de relacionamento social entre cidadãos em diferentes locais, quiçá mensurável pelo rácio do tempo necessário para o estabelecimento da comunicação e a distância física vezes a frequência dessas relações. Assim sendo, com oscilações estruturais e conjunturais, avanços e recuos, podemos dizer que há uma tendência de mundialização quase desde os primórdios da humanidade, cujos elementos impulsionadores são sobejamente conhecidos. É uma realidade histórico-social que certamente é merecedora de atenção científica, mas não é disso que estamos a tratar quando referimos a “mundialização hoje”, “a nossa realidade”, “a globalização em que todos vivemos”.

Por outras palavras a atenção das sociedades, das instituições e de cada um de nós está concentrada numa *certa fase da mundialização*, na que vivemos desde os anos 80 do século passado (assim delimitado grosseiramente) até aos dias de hoje. É disso que se fala quando se estuda a “liberdade de comércio”, as “novas tecnologias”, a “irreversibilidade do processo”. É esta fase recente da dita mundialização que urge estudar, até porque está no centro de cada detalhe do nosso quotidiano. É a essa fase histórica que designámos por **globalização**. Foi esse o nosso objecto de estudo.

Estudar a totalidade da sociedade durante esta fase histórica estava para além das nossas capacidades de análise e não correspondia às preocupações epistemológicas do momento. A metodologia encontrada para conciliar a vastidão da matéria com os nossos objectivos foi fazer uma análise **diferencial** muito concentrada sobre o económico.

Diferencial porque em vez de analisar a história da sociedade no último quarto de século limitamo-nos a detectar o que é semelhante e o que é diferente – principalmente esta vertente – em relação à fase anterior. Concentrada sobre o económico porque essa é a nossa formação científica e séculos de cultura greco-latina e especialização científica castra-nos a capacidade de olhar para o todo como uma realidade que é mais, muito mais, que o conjunto das suas partes ou dos pontos de vista em que a encaramos.

Assumimos como vantajoso o diferencial. Assumimos como limitativo o económico. Tentámos escapar parcialmente a essa limitação seja pela referência de quando em vez a outras leituras disciplinares (social, político, simbólico, etc.) seja pela explicitação de alertas epistemológicos contra os perigos que corremos quando tratamos problemáticas actuais em que todos nós somos “peritos”. **Destruir as evidências** espontaneamente assumidas é um imperativo categórico da construção científica.

2.

Façamos uma abordagem económica diferencial.

E as conclusões que se podem tirar surgem fundamentadas nos factos e numa certa interpretação destes (esta é sempre relativa, cultural e socialmente determinada).

Retomemos o que afirmamos num capítulo de síntese, completando-o com algumas informações complementares.

Procurámos ao longo deste capítulo caracterizar a mundialização *desde os anos 80* do século passado até aos nossos dias, a qual designamos por *globalização*.

Para proceder à sua leitura científica é necessário livrar-nos das evidências, procedermos a uma crítica sistemática do que nos é afirmado, num contexto informativo e ideológico em que quase todas as afirmações têm algo a ver com a globalização. Simultaneamente *todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização capitalista*.

Já referimos os aspectos metodológicos. Não insistiremos.

Também nos parece suficiente conhecido que vivemos num modo de produção designado de capitalismo (apesar da tendência por vezes existente de ignorar o processo histórico e assumi-lo como eterno): propriedade privada dos meios de produção, relação salarial.

Mais especificamente, a globalização acontece numa fase do capitalismo em que existe uma simbiose entre o capital industrial e o capital bancário, em que o domínio económico-social pertence às empresas multinacionais e em que a partilha do mundo colocou algumas economias no “centro” e a grande maioria (em território e população) nas “periferias”.

A análise das *importações e exportações* mostra inequivocamente que

- Há uma tendência estrutural para o aumento da importância relativa do comércio externo dos países;
- A partir dos anos 80 não existem mudanças quantitativas ou qualitativas que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria. (p. 112)

assim como mostra que a importância relativa de importações e exportações é muito diferentes nos países “mais ricos” e “mais pobres”, não se podendo concluir das vantagens do “comércio livre”.

Já o *investimento directo estrangeiro* é um elemento diferencial a ter em conta:

tem aumentado significativamente (...), e aumentado a sua importância relativa nos agregados a que pertence, mas há que acrescentar que a situação é desigual nos diversos países. (p. 119)

sendo de acrescentar que simultaneamente regista alterações qualitativas na expressão regional, nas formas de relacionamento entre as empresas e na importância das fusões-aquisições, entre outros aspectos.

A análise das *migrações internacionais* também traz pouco de novo:

As deslocações de força de trabalho são mais marcadas pelas conjunturas do capitalismo central (abundância/carência de mão-de-obra; dinâmicas verticais, ascendentes ou descendentes, entre segmentos de força de trabalho; dinâmica demográfica; políticas económicas e sociais, etc.) do que pelo processo estrutural de aceleração da mundialização. Poderemos dizer que a este facto apenas escapam, o que não deixa de ser relevante, as dinâmicas resultantes dos processos de integração económica que conduzem à «quase-igualdade» de direitos e deveres de cidadãos de diversos países, de que a EU é um caso paradigmático. (p. 122)

embora seja de registar a maior importância dos movimentos clandestinos e o ressurgimento da escravatura.

É na importância, diversidade, mobilidade, propriedade, controlo e organização dos *mercados financeiros* que se encontra o principal traço diferenciador da globalização em relação a todos os períodos precedentes. O PIB da economia mundial e dos diversos países surgem como verbas ridiculamente pequenas ao lado das movimentações financeiras diárias. A aparência é que tudo gira em torno dos mercados financeiros, verdadeiros “buracos negros” do sistema económico mundializado.

Por isso uma das conclusões fortes é de que

Esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da *ideologia neoliberal*, pelo *aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos*, num contexto de *articulação e mundialização acelerada dos seus mercados* e pela adopção de políticas económicas que *reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos*. (p. 149)

É necessário precisar, embora quase telegraficamente, que

- a ideologia neoliberal é um “agente social” activo combatendo ou promovendo certas praticas sociais,
- o capital fictício (dissociado da produção, “especulativo”) não é a totalidade dos mercados financeiros, mas é uma parte significativa
- a dificuldade de resistência dos povos também resulta da globalização estar associada, contrariamente ao que frequentemente se afirma, ao Estado e à

acção de estruturas burocráticas mundiais (OMC, FMI, BIRD), que assumem expressamente uma política de “desregulamentação social”, de “desprotecção social”, de imposição de regras de submissão às economias marginalizadas.

Não é, pois, de espantar que as *desigualdades económicas e sociais* aumentem – em aberto confronto com a ética cristã, que não se pode contentar com “pequenos avanços”, como recentemente frisava Bruto da Costa numa entrevista:

Esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora *integrando a acumulação capitalista* mundial ora *desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas*. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. As desigualdades sociais aumentam. (pag. 149)

Se atendermos que há diversas formas de organização do capitalismo, todas elas com provas dadas e processos próprios de autoreprodução, teremos igualmente que concluir que

Na luta intracapitalista a globalização é a vitória do modelo regional americano, também ele em transformação. (pag. 149)

Está feita uma breve caracterização da globalização.

3.

Estando a escrever para estudiosos de Economia quase seria desnecessário recordar que na sôfrega actividade classificativa a que os economistas se dedicam os actos económicos são habitualmente “arrumados” em produção, em repartição do rendimento, em troca de bens e em consumo (embora só uma parte deste seja matéria de estudo). Por outras palavras, há actividade que são produtivas e actividades que não são produtivas. As primeiras criam produto, as segundas redistribuem ou utilizam produto. Aliás, logo no início do estudo da Economia refere-se o circuito económico e diz-se que este tem duas facetas indissociáveis: o fluxo real e o fluxo monetário.

Tudo parece bastante claro, mas a vacuidade do conceito de “serviço” (quando o arrumador de carros passa a ser um serviço, o dinheiro que lhe damos deixa de ser considerado uma repartição de rendimentos, uma “esmola”, um “roubo” para ser uma actividade produtiva!), os pressupostos das contabilidades nacionais recentes e a promiscuidade entre os conceitos de “produtivo” e de “utilidade” fazem com haja

duplas contabilizações, não por razões técnicas, mas sim por razões conceptuais, implícita ou explicitamente assumidas.

As teorias do trabalho produtivo – da distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo, por outras palavras da tipificação do que são actividades que criam produto e actividades que utilizam ou redistribuem o produto – dependem do contexto histórico (diferente numa economia agrária ou após a revolução industrial, diferente no início do século XX ou na “sociedade do conhecimento”) e sempre apresentaram zonas de fronteira de difícil classificação, o que justificava que dedicássemos toda uma secção do livro à sua análise.

Se a importância dos mercados financeiros é, como constatamos anteriormente, o novo elemento caracterizador da globalização, toda a análise se dirigiu no sentido de indagar rigorosamente se as actividades nos mercados financeiros criam produto ou utilizam produto, quais dentro delas têm uma função e outra.

Dessa indagação resulta uma consequência inevitável:

as operações financeiras, com este ou outro nome, são actividades do tipo D – D ou D – D’ e, independentemente da sua utilidade, insistamos, *são improdutivas*. (p. 203)

4

Se são improdutivas utilizam produto, apropriam-se de produto sob a forma monetária que é criada noutros sectores. Há então um *processo de transferência* que tem de ser analisado. Estamos perante uma situação que exige um cuidado e uma atenção muito especiais:

Estamos perante um momento crucial da nossa análise, pois defrontamo-nos com dois movimentos da sociedade que parecem negar-se mutuamente:

– A caracterização que fizemos da globalização conduziu-nos à constatação que a aceleração do processo de mundialização tem-se vindo a realizar pela harmonização, quase unificação, dos mercados financeiros e pelos impactos que estes têm sobre os restantes sectores da economia. E se a globalização tem sido uma financiarização da economia mundial é porque isso é vantajoso para uma grande parte do capital, é vantajoso para os que detêm o poder na correlação de forças vigente no último quarto de século. Isso significa que a financiarização dá lucros para muitos que a praticam. É certo que em muitas situações os lucros de uns são prejuízos de outros – mas porque a história da globalização é a história contada pelos vencedores tender-se-á a ressaltar os ganhos e a esconder as perdas –, mas uma análise consolidada, considerando

a totalidade do sector financeiro, mostrará certamente que é um sector ganhador.

– O sector financeiro é um sector improdutivo, isto é, um conjunto de actividades que não participam directamente – e em grande medida nem indirectamente, antes pelo contrário – na criação de valor novo, de valor acrescentado e rendimento, de mais-valia.

Ser lucrativo e não ser produtivo; apropriar rendimento e não produzir rendimento; apropriar mais-valia e não produzir mais-valia. Esta dupla situação acontece no mesmo período histórico, no mesmo espaço.

Parece estarmos perante uma contradição. Inevitavelmente perante um conflito.

Sabemos que os sectores financeiros das economias desenvolvidas sempre, desde os primórdios do capitalismo, se apropriaram de valor novo *criado pelos trabalhadores* e do *rendimento e riqueza das economias subdesenvolvidas*, o que hoje continua sob novas formas, também por outros processos, utilizando procedimentos adequados ao desenvolvimento tecnológico actual e dimensão planetária das relações económicas.

A *gestão empresarial e política à escala mundial* e a passividade dos Estados e das populações que permitem transferências avultadas destes para as multinacionais são alguns novos processos.

Também o é a *transferência de importantes sectores da Segurança Social para o sector privado*, processo a que assistimos um pouco por todo o lado. Colocando-se frequentemente mal o problema ou ignorado os novos problemas que a privatização coloca, o que está em causa é a passagem de uma solidariedade social entre gerações para um processo de capitalização individual, o qual garantiria importantíssimos recursos utilizáveis nos mercados financeiros, apesar dos processos de regulação pública existentes:

Façamos um pequeno exercício: se todos os cidadãos do mundo aderissem ao sistema de reforma privada, se as percentagens do rendimento nacional fossem as anteriormente referidas e se em média mediasse 10 anos desde a adesão ao sistema até atingir a reforma as empresas gestoras dos fundos de pensão disporiam durante esse período do correspondente ao rendimento nacional mundial. (p. 243)

Contudo, é nossa convicção que o produto actualmente apropriado pelas vias anteriormente referidas passível de utilização nos mercados financeiros é insuficiente, dadas as características e dinâmicas destas. Os mercados financeiros “exigem” a apropriação de produto criado na “economia não contabilizada”, na economia subterrânea.

A persistência da economia subterrânea (das indústrias e mercados informais à droga, da “indústria de guerra” às migrações ao contrabando, etc.), nomeadamente de muitas actividades directamente associadas a actividades produtivas, e a sua ampliação (órgãos humanos, resíduos tóxicos, escravatura, etc.) não são excrescências anómalas da sociedade actual mas componente imprescindível da reprodução da globalização.

Os *territórios off-shore*, de Estados muito respeitáveis e onde todas as respeitáveis instituições bancárias estão representadas, são uma das principais “placas giratórias” de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal.

5.

Em síntese, se é admissível a irreversibilidade da mundialização, não o é da globalização. As contradições que esta coloca impõe e exige processos de transformação, cujos rumos serão marcados pelas conjunturas.

O entrelaçamento entre financiarização e economia subterrânea exige a simultânea consideração das vertentes económica, social e ética.

Bibliografia referida

LOURENÇO, EDUARDO. 1988. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PIMENTA, CARLOS. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.